

CONTRATO COM A EMPRESA EXATA VERSÃO, LDA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PARA OS EQUIPAMENTOS DE AVAC, AQS E GTC DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL DE LAGOA - PLURIANUAL (3 ANOS)

VALOR DO ATO – 59 925,00 €

CONTRATO N.º 120/2024

Aos catorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro celebram os seguintes outorgantes, em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas, o presente contrato: -----

PRIMEIRO OUTORGANTE: -----
MUNICÍPIO DE LAGOA, autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, pessoa coletiva de direito público 506 804 240, que aqui figura como Primeiro Outorgante, representada neste ato pela sua Vereadora, **ANA CRISTINA TIAGO MARTINS**, com domicílio profissional no edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Ernesto Cabrita, em Lagoa e com poderes delegados para o ato que lhe são conferidos por via do despacho n.º 42/DA/2022, de 24 de fevereiro, publicado através do Edital n.º 662/2022, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17 de maio. -----

SEGUNDO OUTORGANTE: -----
EXACTA VERSÃO, LDA, com sede social na Rua Maria Lamas n.º 9, Loja A no Concelho da Amadora, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Amadora, e com o número único de pessoa coletiva 509 887 333, e o capital social de 1.000,00€, neste ato representada por **José Tomé dos Santos Costa** titular do cartão de cidadão com o n.º [REDACTED] e número de identificação fiscal [REDACTED] com poderes para o ato conforme consta da Certidão Permanente apresentada. -----

Considerando que: -----

- A. O MUNICÍPIO DE LAGOA promoveu um procedimento por Consulta Prévia acordo quadro com a referência 2024/300.10.005/29 para a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PARA OS EQUIPAMENTOS DE AVAC, AQS E GTC DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL DE LAGOA”; -----
- B. O procedimento, incluindo peças e despesa, foi aberto por despacho datado de 9 de fevereiro de 2024 da Sr.ª Vereadora no uso de competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, conforme despacho n.º 42/DA/2022, de 24 de fevereiro; -----
- C. Os encargos resultantes deste contrato compreendem compromissos plurianuais autorizados por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 10 de fevereiro de 2024, no exercício de competência delegada em si pela Assembleia Municipal por deliberação de 10 de novembro de 2021; -----
- D. A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental 04/020203; -----

- E. A presente aquisição de serviços foi adjudicada em 7 de maio de 2024, assim como foi aprovada a minuta do presente contrato; -----
- F. A Entidade adjudicatária aprovou a minuta do presente Contrato em 13 de maio de 2024; -----
- G. Para fazer face à despesa originada pela execução do contrato foram emitidos os números sequenciais de compromisso **130057 e 130058**. -----

É reciprocamente acordado, livremente aceite e reduzido a escrito o presente Contrato de aquisição de serviços, adiante somente designado por “Contrato”, de acordo com as Cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto do Contrato)

1. O presente Contrato tem por objeto a “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PARA OS EQUIPAMENTOS DE AVAC, AQS E GTC DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL DE LAGOA**”, nos termos melhor identificados nas peças do procedimento. -----
2. Para além do disposto no Contrato, a presente aquisição de serviços reger-se-á ainda pelas Cláusulas constantes do Caderno de Encargos e da Proposta apresentada e com as demais peças que constituem o processo de concurso, que ficam a fazer parte integrante do contrato que constituem documentos integrantes do presente contrato. -----
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe. -----

CLÁUSULA SEGUNDA

(Prazo de vigência)

1. O prazo de execução da aquisição de serviços objeto do presente contrato é de **36 (trinta e seis) meses**. -----
2. O contrato será publicado no portal dos contratos públicos, sendo condição de eficácia do mesmo. -----

CLÁUSULA TERCEIRA

(Preço contratual)

1. O preço contratual é de **59 925,00€** (cinquenta e nove mil, novecentos e vinte e cinco euros), acrescido de imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa de 23%, nos seguintes termos: -----
 - a) No ano de 2024 – 13 316,67€ (treze mil, trezentos e dezasseis euros e sessenta e sete cêntimos) ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%; -----
 - b) No ano de 2025 – 19 975,00€ (dezanove mil, novecentos e setenta e cinco euros) ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%; -----
 - c) No ano de 2026 – 19 975,00€ (dezanove mil, novecentos e setenta e cinco euros) ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%; -----

d) No ano de 2027 – 6 658,33€ (seis mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e trinta e três cêntimos) ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%. -----

2. O preço contratual será o preço a pagar pelo contraente público, em resultado da proposta adjudicada e que inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução integral do objeto do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no presente contrato ao contraente público. -----

CLÁUSULA QUARTA **(Obrigações Principais)**

1. De acordo com o estipulado na cláusula 4.ª e anexo I do Caderno de Encargos decorrem para o segundo outorgante, seguintes obrigações principais: -----

- a) Fornecimento e execução da prestação de serviços, constituído pela lista de trabalhos descrita no ANEXO I que faz parte integrante do Caderno de Encargos, desenvolvendo as atividades necessárias e convenientes a assegurar a sua boa execução; -----
- b) Conhecer a instalação, bem como do tipo de equipamento a efetuar a manutenções/reparações, de forma prestar os serviços objeto deste contrato, devendo solicitar visita à mesma durante o prazo de apresentação da proposta mediante pedido prévio para acertar data e hora; -----
- c) No que respeita à manutenção preventiva aos equipamentos térmicos o segundo outorgante obriga-se a realizar deslocações bimestrais (6 anuais); -----
- d) No que respeita manutenção preventiva aos equipamentos GTC o segundo outorgante obriga-se a realizar deslocações quadrimestrais (3 anuais); -----
- e) A prestação de serviço de assistência técnicas à instalação descrita no Anexo I deverá obrigatoriamente ser prestada sempre que se verifique alguma anomalia ao normal funcionamento nos equipamentos dos sistemas referidos; -----
- f) Após a primeira intervenção deverá a entidade adjudicatária ter em stock peças e equipamentos de desgaste frequente, para dar resposta às intervenções preventivas/corretivas, o objetivo é que não existam interrupções no funcionamento da instalação por falta de peças e acessórios de desgaste; -----
- g) Deverão ser elaboradas Check-List /folhas de serviço e/ou relatório, preenchidas devidamente sempre que seja efetuada uma manutenção preventiva, com todos os trabalhos previstos na manutenção a realizar em cada tipo de equipamento. Não obstante e sem prejuízo destas tarefas poderá proceder á reparação de pequenas avarias, substituição de componentes, tais como: filtros de ar e água, termóstatos, contadores, disjuntores, resistências, fusíveis, correias, termo elementos, electroválvulas, entre outros, que, pela sua natureza, não impliquem meios adicionais;
- h) Sempre que se verifique uma avaria/anomalia na instalação ou equipamento, ao prestador de serviços, compete obrigatoriamente o seguinte: -----
 - i. Elaborar relatório detalhado e justificativo da avaria/anomalia e entregá-lo imediatamente é entidade adjudicante; -----

- ii. Apresentar uma ou mais soluções alternativas para resolver o problema, devidamente justificados e fundamentados. -----
- i) Execução dos serviços objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência, o zelo e pontualidade próprios das melhores práticas; -----
- j) Prevenção de ocorrências de intrusão, furto, roubo, incêndio, sabotagem, vandalismo, desordem e, de um modo geral, de tudo o que implique a segurança de pessoas e bens ou a perturbação normal do serviço; -----
- k) Reação a qualquer emergência, desencadeando ou colaborando nas ações de segurança necessários, solicitando, se necessário, a intervenção dos bombeiros, e outros serviços de emergência; -----
- l) Controle da qualidade da prestação dos serviços executados, bem como do comportamento dos recursos humanos envolvidos; -----
- m) Cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto dos eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante o contratante público; -----
- n) O prestador de serviços é responsável pela correta utilização das instalações e equipamentos que lhe forem confiados, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e/ou funcionamento ou as que lhe sejam dadas pela entidade adjudicante, bem como, e em especial, as regras de segurança aplicáveis; -----
- o) Obrigação de garantia dos serviços prestados. -----
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. -----

CLÁUSULA QUINTA

(Caução)

Atento o valor contratual não é exigível caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação. -----

CLÁUSULA SEXTA

(Condições de pagamento)

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência eletrónica interbancária para o NIB indicado pelo adjudicatário. -----
2. As faturas emitidas serão remetidas pelo adjudicatário através de correio digital para contabilidade@cm-lagoa.pt. -----

3. O prazo de pagamento máximo é de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrada de cada fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que as mesmas tenham sido aprovadas, pelo gestor do contrato. -----

4. As faturas apresentadas pela execução da aquisição de serviços, objeto deste Contrato, deverão fazer a referência ao número do sequencial de compromisso que suportará a despesa com a sua execução e ser remetidas em suporte eletrónico. -----

5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA SÉTIMA

(Revisão de preços)

O preço da aquisição de serviços é fixo e não sujeito a revisão de preços. -----

CLÁUSULA OITAVA

(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

A cessão da posição contratual cumpre o regime jurídico vigente nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

CLÁUSULA NONA

(Sanções contratuais)

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, previstas nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA DÉCIMA

(Alterações ao contrato)

Qualquer aditamento ou alteração ao contrato só será válido se constar de documento escrito assinado pelos Contraentes, do qual conste expressamente a indicação das cláusulas modificadas ou aditadas. -----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Deveres de informação)

2. Para resolução de todos os litígios respeitantes ao contrato, quer na sua fase de formação quer na sua execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Foram apresentados os seguintes documentos que ficam arquivados: -----

1. Certidão comprovativa de regularidade tributária emitida pela Autoridade Tributária; -----
2. Certidão comprovativa de regularidade contributiva emitida pelo Instituto da Segurança Social, IP; -----
3. Certificado dos Registos Criminais da empresa e representante legal; -----
4. Declaração conforme modelo do anexo II do CCP; -----
5. Certidão permanente do registo comercial; -----
6. Registo Central de Beneficiário Efetivo; -----
7. Declaração de aceitação do Código de Ética do Município de Lagoa. -----

E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado eletronicamente, no uso de certificado digital qualificada por ambos os outorgantes, nos termos e para efeitos do artigo 94.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a oposição da última assinatura. -----

Fazem parte do contrato: o Caderno de Encargos, a proposta e declaração de aceitação do Código de Ética do Município de Lagoa. -----

O Primeiro Outorgante

Assinado por: **Ana Cristina Tiago Martins**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2024.05.15 11:49:31+01'00'

O Segundo Outorgante

[Assinatura Qualificada] José Tomé dos Santos Costa	Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] José Tomé dos Santos Costa Dados: 2024.05.15 11:06:20 +01'00'
---	---

